

Como decisão da Suprema Corte sobre operações do ICE em LA afeta imigrantes em todo o país

Decisão permite abordagens sem “suspeita razoável”, e abre caminho para perfilamento racial

A Suprema Corte dos Estados Unidos autorizou, por 6 votos a 3, a retomada das batidas migratórias em Los Angeles, derrubando uma liminar que restringia a atuação do Serviço de Imigração e Alfândega (ICE). A decisão permite que agentes façam paradas e questionamentos sem necessidade de comprovar “suspeita razoável”, o que, na prática, abre espaço para abordagens motivadas por fatores como idioma, sotaque, tipo de trabalho ou aparência física. O julgamento, considerado uma vitória para o governo Donald Trump, foi duramente criticado pelos juízes liberais da Corte, que alertaram para violações constitucionais e práticas de perfilamento racial.

A medida anulou a ordem da juíza federal Maame E. Frimpong, que havia suspendido as operações após identificar “montanhas de evidências” de abusos. Segundo a magistrada, a Constituição proíbe buscas arbitrárias e não autoriza paradas baseadas unicamente em aspectos como falar espanhol ou estar em determinados locais de trabalho. Na dissidência, a juíza Sonia Sotomayor afirmou que a decisão expõe “incontáveis pessoas a indignidades motivadas apenas pela sua origem”.

Enquanto Los Angeles se prepara para uma intensificação das batidas, a Flórida já vive sob um regime mais rígido desde a entrada em vigor da lei estadual SB1718, em 2023.

A legislação obriga hospitais a indagar pacientes sobre status migratório, corta recursos de programas de carteiras de identificação comunitárias e criminaliza imigrantes indocumentados que viajam pelo estado. Além disso, amplia os riscos nas estradas: motoristas podem ser parados por infrações simples de trânsito e, a partir daí, sub-

metidos a checagens de status migratório.

Organizações de direitos civis orientam que imigrantes conheçam e exerçam suas garantias constitucionais, entre elas: o direito de permanecer em silêncio, o direito a um advogado, a recusa a assinar documentos sem acompanhamento legal e a possibilidade de negar buscas sem mandado judicial. Também recomendam planos de segurança familiar, cópias de documentos em locais acessíveis e a memorização de contatos de confiança.

Para ativistas, tanto a decisão da Suprema Corte quanto as políticas da Flórida legitimam práticas discriminatórias e criam um ambiente de medo permanente para milhões de famílias. “Estamos diante de uma normalização do perfilamento racial”, alertam entidades ligadas à defesa dos direitos dos imigrantes.



Criticos temem intensificação de perfilamento racial de imigrantes

ATENDIMENTO JURÍDICO ESPECIALIZADO

- Planejamento de Aposentadoria
- Averbação de Divórcio realizado nos EUA
- Orientação para Pagamento ao INSS
- Inventário
- Isenção e Redução do Imposto de Renda cobrado pelo Brasil

Atendimento de segunda a sexta, das 8h30 às 17h30

Alaíde Advocacia

📞 +55 (11) 3242-5841
📍 Praça João Mendes, 42
Conjunto 11, São Paulo/SP